

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS**  
**CURSO CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**RAILSON MIRANDA RIBEIRO**

**ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA ATRAVÉS DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: um estudo comparativo entre o Banco do Brasil S.A. e o Banco Bradesco S.A. no período de 2009 a 2012**

**SOUSA-PB**

**2013**

**RAILSON MIRANDA RIBEIRO**

**ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA ATRAVÉS DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: um estudo comparativo entre o Banco do Brasil S.A. e o Banco Bradesco S.A. no período de 2009 a 2012**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Professor Hipônio F. Guilherme

**SOUSA-PB**

**2013**

## DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu, abaixo assinado, assumo a total responsabilidade de autoria de conteúdo do referido trabalho intitulado **ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA ATRAVÉS DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: um estudo comparativo entre o Banco do Brasil S.A. e o Banco Bradesco S.A. no período de 2009 a 2012**, trabalho este que foi pré-requisito de conclusão do curso em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Campina Grande. Portanto, ficam a instituição, o orientador e os demais professores membros da banca examinadora imunes de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

Sousa-PB, Abril de 2013.

Railson Miranda Ribeiro

**RAILSON MIRANDA RIBEIRO**

**ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA ATRAVÉS DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: um estudo comparativo entre o Banco do Brasil S.A. e o Banco Bradesco S.A. no período de 2009 a 2012**

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Campina Grande, obtendo a nota (média) de \_\_\_\_\_, atribuída pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo mencionados.

---

Professor Msc. Fabiano  
Coordenador do Curso de Ciências Contábeis – UFCG

Banca examinadora:

---

Professor Hipônio Fortes Guilherme  
UFCG

---

Professor Dr. Alan Sarmento  
UFCG

---

Professora Msc. Ana Flávia  
UFCG

**SOUSA-PB**

**2013**

Dedico este trabalho a minha mãe Fátima Miranda, pelo apoio e amor incondicional e aos meus irmãos pelo companheirismo e amor fraterno.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo amor incondicional, por guiar-me pela direção certa e ajudar-me a enfrentar as atribuições da vida.

A minha mãe **Fátima Miranda**, pelo exemplo de dedicação, perseverança e honestidade e por ter abdicado muitas coisas da sua vida em prol do bem-estar da família.

Aos meus irmãos: Denilton (pelo exemplo de coragem e dedicação), Deilton (Oreinha) (pelo exemplo de força de vontade em lutar pela vida), Denilson (pela ajuda e direcionamento durante minha adolescência), Ray (pela serenidade espetacular no mais diversos momentos), Diógenes (pela amizade e confidencialidade), Dianna (pelo carinho, apoio e presença em todos os momentos), Djane (pelas boas risadas, confiança e amizade) e Aldenize (pelos momentos de diversão, amizade e carinho).

Ao meu primo Cleber, pelas conversas de fim de tarde, conselhos, confiança e por me incentivar nos estudos.

Aos meus cunhados Márcio e Wellington, pela amizade, apoio e pelos momentos de diversão.

A minha namorada Juliana Queiroz, pelo companheirismo, apoio e compreensão.

Ao professor Hipônio Fortes Guilherme, pela dedicação, atenção e contribuição para realização deste trabalho.

Ao Professor Fábio Lira, pelos ensinamentos e amizade.

Ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., agência de Sousa-PB, pela oportunidade de obtenção de conhecimento e pelas amizades conquistadas.

Aos amigos do setor de contabilidade da Prefeitura Municipal de Cajazeiras-PB, contador Gilmar, Eunice e Bosco (a melhor equipe em que já trabalhei), obrigado pelos ensinamentos e pelas boas risadas.

Aos amigos: Carlos Victor (Dada), Daênio, José Roberto (Beto), Wescley, Wesley, Willian Magalhães (Baiano do Arrocha), Carlos Diego, Rigélio, Edjailson, Wbiratan Souto, Ivanessa, Cris, Jéssica, Wallison, Raul, Corujinha (Moto-táxi), Noaldo, Seu Francisco e outros que

diretamente ou indiretamente contribuíram para o meu desenvolvimento pessoal e profissional.

“A diferença entre o sonho e a realidade é quantidade certa de tempo e trabalho”.

(William Douglas)

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar se existe diferença no perfil de distribuição da riqueza do Banco do Brasil S.A. e do Banco Bradesco S.A. no período de 2009 a 2012. Utilizou-se da técnica de pesquisa bibliográfica e também da documental, para coleta de dados das Demonstrações do Valor Adicionado dos dois bancos em seus respectivos sites. Quanto ao tipo de pesquisa, esta se caracterizou como quantitativa e descritiva no sentido de que os dados coletados foram analisados e interpretados para verificação da existência de diferença no perfil de distribuição da riqueza das duas instituições financeiras. Os dados foram coletados das Demonstrações do Valor Adicionado publicadas nos sites do Banco do Brasil S.A. e Bradesco S.A. no período de 2009 a 2012, em seguida foi efetuado o cálculo dos valores percentuais correspondentes a distribuição do valor adicionado das duas companhias, através da utilização de planilha do *software* Excel. Posteriormente, com a utilização das técnicas de análise vertical e horizontal, foram conseguidos os dados para a elaboração dos gráficos, o que possibilitou a análise comparativa entre as duas instituições pesquisadas. Como resultado, constatou-se que existe diferença no perfil de distribuição de riqueza dos dois bancos e que os maiores percentuais de distribuição foram para: Governo (Impostos, taxas e contribuições); Remuneração de capitais próprios na forma Lucros retidos e Pessoal na forma de Salários.

Palavras – chave: Valor Adicionado. Perfil de distribuição. Bancos.

## **ABSTRACT**

Is research aims to analyze whether there are differences in the profile of wealth distribution the Bank of Brazil SA and Bank Bradesco SA in the period from 2009 to 2012. We used the technique of literature and also the documents, data collection Statements of Value Added of the two banks in their respective sites. Regarding the type of research, this was characterized as descriptive and quantitative in the sense that the data collected were analyzed and interpreted to verify the existence of differences in wealth distribution profile of the two financial institutions. Data were collected from Value Added Statements published on the websites of Brazil's Bank Bradesco SA and SA in the period from 2009 to 2012, then was made to calculate the percentages corresponding to the distribution of value added of the two companies, through the use of spreadsheet software Excel. Later, using the techniques of vertical and horizontal analysis, data were obtained for the preparation of charts, which allowed the comparative analysis between the two research institutions. As a result, it was found that there is difference in wealth distribution profile of both banks and the largest percentage distribution were for: Government (Taxes and contributions); Remuneration in the form of equity and retained earnings as Personal wages.

Keywords - Keywords: Added Value. Distribution profile. Banks.

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Modelo da Demonstração do Valor Adicionado proposto pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 09) - Empresas em Geral.....37

Quadro 2: Modelo da Demonstração do Valor Adicionado proposto pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 09) - Instituições Financeiras Bancárias.....38

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição do Valor Adicionado pelo Banco do Brasil ao agente Empregados (Pessoal).....	42
Gráfico 2: Distribuição do Valor Adicionado pelo Banco Bradesco ao agente Empregados (Pessoal).....	43
Gráfico 3: Distribuição do Valor Adicionado pelo Banco do Brasil ao agente Governo (Impostos, Taxas e Contribuições).....	44
Gráfico 4: Distribuição do Valor Adicionado pelo Banco Bradesco ao agente Governo (Impostos, Taxas e Contribuições).....	44
Gráfico 5: Distribuição do Valor Adicionado pelo Banco do Brasil ao agente Financiadores (Remuneração de Capital de Terceiros).....	45
Gráfico 6: Distribuição do Valor Adicionado pelo Banco Bradesco ao agente Financiadores (Remuneração de Capital de Terceiros).....	46
Gráfico 7: Distribuição do Valor Adicionado pelo Banco do Brasil ao agente Acionistas (Remuneração de Capitais Próprios).....	46
Gráfico 8: Distribuição do Valor Adicionado pelo Banco Bradesco ao agente Acionistas (Remuneração de Capitais Próprios).....	47

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BS	Balanço Social
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
NBC	Norma Brasileira de Contabilidade
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
1.1 Delimitação do Tema e Problemática.....	16
1.2 Objetivos .....	18
1.2.1 <i>Objetivo Geral</i> .....	18
1.2.2 <i>Objetivos Específicos</i> .....	18
1.3 Justificativa.....	18
<b>2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>20</b>
2.1 Natureza da pesquisa .....	20
2.2 Quanto aos meios.....	20
2.3 Classificação quanto aos fins.....	21
2.4 Área de atuação da pesquisa .....	21
2.5 Tratamento dos dados .....	21
<b>3 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>22</b>
3.1 Contabilidade: Conceitos e Objetivo.....	22
3.2 Contabilidade social e Balanço Social.....	23
3.3 Ibase.....	26
3.4 Valor Adicionado e Demonstração do Valor Adicionado .....	28
3.5 Agentes de Distribuição de Riqueza.....	32
3.6 Aspectos normativos da Demonstração do Valor Adicionado.....	34
3.7 DVA das instituições financeiras bancárias.....	36
3.8 Análise das demonstrações financeiras.....	39
3.8.1 <i>Conceito</i> .....	39
3.8.2 <i>Tipos</i> .....	40
3.8.3 <i>Análise vertical</i> .....	40
3.8.4 <i>Análise horizontal</i> .....	41
<b>4 ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>42</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>48</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>50</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>54</b>
<b>APÊNDICE A – ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL DO VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO PELO BANCO DO BRASIL S.A.....</b>	<b>55</b>

<b>APÊNDICE B – ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL DO VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO PELO BANCO BRADESCO S.A.....</b>	<b>56</b>
--	-----------

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Delimitação do Tema e Problemática

A contabilidade, como ciência social, é reagente às necessidades sociais (IUDÍCIBUS e MARION, 2002) e para suprir as novas necessidades informacionais evoluiu ao produzir relatórios que expressam a realidade empresarial, fornecendo as informações que os usuários necessitam e que as demonstrações contábeis tradicionais não satisfazem.

Como o objetivo principal de contabilidade é fornecer informação econômica relevante para que cada usuário possa tomar suas decisões e realizar seus julgamentos com segurança, é preciso identificar qual a informação que julga relevante ou as metas que deseja alcançar (IUDÍCIBUS, 2000).

A contabilidade como prestadora de informações, busca se adaptar as novas premissas e atender as solicitações de retratar as relações existentes entre as empresas e a sociedade, e principalmente de mostrar o retorno que essas empresas estão trazendo em benefício da melhoria da qualidade de vida da população.

É preciso reconhecer que o sistema de informações contábeis disponível, representado pelas demonstrações tradicionais é voltado essencialmente para o desempenho econômico-financeiro, não possibilita a obtenção desses novos dados que interessam a tantos. Ele não mostra nem mensura o impacto do desempenho social da empresa e seu relacionamento com a comunidade onde está inserida, relegando a um plano secundário alguns usuários que contribuem, direta ou indiretamente, para a geração de riqueza das organizações. Dentre eles, os empregados e a própria comunidade, que cede os recursos para as organizações.

A contabilidade, como ciência social, além de divulgar as informações econômicas e financeiras aos seus usuários, também precisa divulgar informações sobre a relação da entidade com a sociedade.

Neste sentido o Balanço Social (BS) e a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, que é parte integrante do balanço social, vieram para melhor analisar e evidenciar o desempenho econômico e social das entidades. A DVA pode dar subsídios para uma nova visão, tanto no

lado financeiro como também no social, e a partir desse demonstrativo podem surgir novos dados, os quais contribuem para o crescimento da economia do país.

Comparada às demonstrações contábeis tradicionais no Brasil, a DVA é um demonstrativo novo, tornou-se obrigatória em dezembro de 2007 através da aprovação da Lei 11.638 que tem como principal objetivo criar mecanismos que proporcione a harmonização das regras contábeis ao padrão internacional. Foi introduzida também pela lei citada a obrigatoriedade da apresentação da DVA pelas empresas de capital aberto, demonstrando relevância para a prestação de contas das ações das entidades no campo econômico e social.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é um dos componentes do Balanço social e tem como finalidade explicitar o quanto à empresa gera de riqueza e como é feita a distribuição aos agentes relacionados à sua criação (BRAGA & ALMEIDA, 2009).

Kreitlon e Quintela (2001) afirmam que para os vários grupos de *stakeholders* já não basta que as empresas apenas assumam compromissos, pois eles almejam ter conhecimento de dados que sejam tangíveis, quantificáveis e verificáveis sobre o desempenho da organização em todas as áreas.

Em termos gerenciais e econômicos, a DVA pode ser utilizada como um índice de avaliação da evolução das riquezas agregadas, controlando e avaliando a empresa na utilização de seus fatores e insumos e avaliando também o desempenho social como a participação dos acionistas, empregados e órgãos governamentais.

Neste sentido, o valor adicionado evidencia a contribuição para a geração da riqueza da entidade e demonstra ser um resultado do esforço conjugado de todos os fatores de produção.

A DVA tem a finalidade de evidenciar a riqueza gerada pela entidade e principalmente a de fornecer informações acerca da distribuição aos agentes relacionados à sua criação.

De acordo com Santos (2007, p.37) a DVA, “é a forma mais competente criada pela contabilidade para auxiliar na medição e demonstração da capacidade de geração, bem como de distribuição da riqueza de uma entidade”.

Considerando a importância desta demonstração e sua obrigatoriedade de publicação pelas companhias abertas, o estudo tem o objetivo de responder ao seguinte questionamento:

**Existe diferença entre o perfil de distribuição de riqueza dos dois maiores bancos do país – Banco do Brasil S.A. e o Banco do Bradesco S.A.?**

## 1.2 Objetivos

### *1.2.1 Objetivo Geral*

Esta pesquisa tem como objetivo principal verificar se existe diferença entre o perfil de distribuição de riqueza do Banco do Brasil S.A. e do Banco do Bradesco S.A, partindo da análise de informações contidas nas Demonstrações de Valor Adicionado das duas companhias.

### *1.2.2 Objetivos Específicos*

São objetivos específicos desse trabalho:

- Analisar o conteúdo das Demonstrações do Valor Adicionado Publicadas pelo Banco do Brasil S.A. e Bradesco S.A. durante o período de 2009 a 2012.
- Traçar os perfis de distribuição de riqueza pelas duas instituições financeiras bancárias.
- Verificar se existe diferença entre os perfis de distribuição de riqueza das duas instituições financeiras bancárias.

## 1.3 Justificativa

A contabilidade, como prestadora de informações aos seus usuários para tomada de decisão, vem evoluindo e acompanhando as transformações econômicas e sociais ocorridas no mundo. Na medida em que o ambiente para tomada de decisão torna-se mais complexo, tanto os usuários das informações contábeis se ampliam e tornam-se mais exigentes como, também, as demonstrações precisam de adaptações para as novas necessidades.

Nesse contexto, a Demonstração do Valor Adicionado surge como um demonstrativo contábil necessário para responder a tais transformações, pois o seu objetivo é demonstrar a capacidade que uma entidade tem na geração de riqueza e como está distribuída entre os empregados, governo, financiadores e acionistas (KROETZ, 2000); (DE LUCA, 1998).

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é utilizada como resposta as novas necessidades dos usuários da informação contábil, reforçando o processo de evidenciação e demonstrando a forma como se deu a geração de riqueza e sua distribuição entre os agentes econômicos da sociedade.

Para efeito deste estudo são considerados agentes econômicos os componentes da sociedade responsáveis pela geração de riqueza, tais como: empregados, governo, acionistas e financiadores; que também são beneficiados pela distribuição de riqueza.

O Sumário do Pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado informa que há uma forma diferenciada na elaboração da DVA para instituições financeiras, como por exemplo: as despesas com remuneração da captação de recursos são dadas como de natureza operacional e consideradas como redutoras das receitas pela aplicação dos recursos, sendo a diferença entre a captação e a aplicação, o resultado da intermediação financeira. Ainda de acordo com o citado pronunciamento técnico, nas demais entidades as receitas financeiras são valor adicionado recebido em transferência e as despesas financeiras são distribuição do valor adicionado.

Diante do exposto, este trabalho justifica-se pela importância da Demonstração do Valor Adicionado na prestação de informações para a sociedade e pela oportunidade de apresentar um estudo comparativo sobre o perfil de distribuição de riqueza dos dois maiores bancos brasileiro: Banco do Brasil S.A. e Bradesco S.A.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### 2.1 Natureza da pesquisa

A presente pesquisa possui caráter quantitativo, de acordo com a abordagem do problema, natureza dos dados e características essenciais. A pesquisa quantitativa segundo Gil (1991) considera que tudo pode ser quantificável, podendo traduzir em números, opiniões e informações para classificar e analisar a interpretação dos dados coletados.

Neste sentido, o foco desta pesquisa está na realização de uma análise comparativa do perfil de distribuição de riqueza através da Demonstração do Valor Adicionado dos dois bancos.

### 2.2 Quanto aos meios

Com o objetivo de analisar e comparar a distribuição do Valor Adicionado dos dois maiores bancos do país – Banco do Brasil. S.A. e Banco Bradesco. S.A. no período de 2009 a 2012, os procedimentos técnicos utilizados para realização da pesquisa foram de características: bibliográfica e documental.

A pesquisa é bibliográfica por utilizar fontes de natureza teórica, realizada através de revisão literária sobre os assuntos relacionados ao tema, por meio de livros, revistas de área de contabilidade, “*Sites*” e artigos científicos, enfatizando as mais importantes argumentações teóricas de autores da área de contabilidade. Segundo Carvalho (1989, p.100) “a pesquisa bibliográfica consiste em procurar no âmbito dos livros e documentos escritos, as informações necessárias para progredir no estudo de um tema de interesse”.

Também foi utilizada a técnica documental, que tem como finalidade reunir, distribuir e classificar os mais diversos tipos de documentos. (GONÇALVES, 2001)

A pesquisa documental foi realizada nos sites do Banco do Brasil. S.A. e do Banco do Bradesco. S.A, para obtenção dos dados a partir das informações coletadas da Demonstração do Valor adicionado no período de 2009 a 2012.

### **2.3 Classificação quanto aos fins**

Quanto aos fins, a pesquisa é descritiva, conforme destaca Andrade (2002, apud BEUREN et al, 2006, p.81) “a pesquisa descritiva preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles”.

Para Gil (2002), “também são pesquisas descritivas aquelas que visam descobrir a existência de associações entre as variáveis”. Dessa forma, o estudo está voltado para análise e interpretação dos fatos relevantes e as características das variáveis envolvidas. Portanto, esta pesquisa, enquadra-se como sendo descritiva por analisar e comparar o perfil de distribuição das duas instituições financeiras bancárias.

### **2.4 Área de atuação da pesquisa**

Segundo Silva e Menezes (2001), é preciso que se defina a população (Universo) em que será aplicada a pesquisa, sendo necessária à explicação sobre a seleção da amostra e o quanto esta corresponde à população estudada. Neste sentido, o estudo foi realizado nas Demonstrações do Valor Adicionado do Banco do Brasil S.A. e do Banco Bradesco S.A. no período de 2009 a 2012.

### **2.5 Tratamento dos dados**

Os dados desta pesquisa foram coletados das Demonstrações do Valor Adicionado publicadas nos sites do Banco do Brasil S.A. e Bradesco S.A. no período de 2009 a 2012. Em seguida foi efetuado o cálculo dos valores percentuais correspondentes a distribuição do valor adicionado das duas companhias, através da utilização de planilha do *software* Excel.

Posteriormente, com a utilização das técnicas de análise vertical e horizontal, foram conseguidos os dados para a elaboração dos gráficos, o que possibilitou a análise comparativa entre as duas instituições pesquisadas, no contexto descritivo.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1 Contabilidade: Conceitos e Objetivo

O surgimento da contabilidade ocorre desde o momento em que existe um organismo econômico, tendo como objetivo principal demonstrar a vida econômica e as mutações pelas quais ela passa. (DE LUCA, 2009)

De acordo com o I Congresso Brasileiro de Contabilistas, de 1924, Contabilidade é a ciência que estuda e pratica as funções de orientação, controle e registro relativas à administração econômica.

Vários são os autores que definiram conceitos para a contabilidade, dentre eles temos o conceito de Ludícibus e Marion (2001, p.43), “A contabilidade é um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade especial com relação à entidade objeto de contabilização”.

De acordo com o pensamento de Perez Junior (2009, p.1), a contabilidade deve ser vista conforme descrito abaixo:

A contabilidade deve ser vista como um sistema de informações, cujo método de trabalho consiste, simplificada, em coletar, processar e transmitir dados sobre a situação econômico-financeira de uma entidade em determinado momento e sua evolução em determinado período.

Ainda neste sentido, Kroetz (1999, p.6), define contabilidade como:

Uma ciência social que estuda a riqueza patrimonial individualizada, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, tendo entre seus objetivos a geração de informações e a explicação dos fenômenos patrimoniais, possibilitando o planejamento e a tomada de decisão, no enfoque passado/presente/futuro.

O Fasb (1992:127) citado por Tinoco (2008) resumiu os objetivos da Contabilidade como segue:

Um demonstrativo financeiro deve prover informações úteis a investidores, credores e outros usuários, atuais ou potenciais, de como investir, conceder créditos, de forma racional e como agir em decisões similares. A informação deve ser compreensível àqueles que possuam conhecimento significativo de negócios e atividades econômicas, e que buscam analisar a informação com certo zelo. (Fasb citado por TINOCO, 2008, p.33).

De Luca (2009) afirma que a contabilidade tem como principal objetivo o de fornecer informações aos seus diversos usuários, subsidiando decisões e avaliações nos mais diferentes enfoques.

Ainda neste sentido Iudícibus e Marion (2006) mencionam que o objetivo da contabilidade pode ser estabelecido como sendo o de fornecer informações estruturadas de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade objeto da contabilidade.

Do exposto conclui-se que diversos são os usuários das informações contábeis, como por exemplo: investidores atuais e potenciais, empregados, credores, fornecedores, clientes, governos e o público, usam informações obtidas através das demonstrações financeiras para subsidiar decisões e avaliações.

### **3.2 Contabilidade social e Balanço Social**

A contabilidade, por estar incluída nas ciências sociais, tem como uma de suas premissas fundamentais a identificação e a aproximação das relações entre os diversos indivíduos ou entidades da sociedade. (SANTOS, 2007, p.17)

Santos (2007) relata que a contabilidade pode contribuir para estreitar o relacionamento entre as empresas e a sociedade, principalmente em relação à geração e distribuição de riquezas.

Para De Luca (2009) a contabilidade sob o enfoque social fundamenta-se a partir dos aspectos sociais das transações econômicas ocorridas na entidade e as relações com a sociedade.

O documento Estrutura conceitual Básica da Contabilidade (MARTINS; IUDICÍBUS; GELBCKE, 2007, p. 31-32) citado por De Luca (2009, p.9-10) esclarece que:

A contabilidade é uma ciência nitidamente social quanto às suas finalidades, mas como metodologia de mensuração, abarca tanto o social quanto o quantitativo. É social quanto às finalidades, pois em última análise, através de suas avaliações do progresso de entidades, propicia um melhor conhecimento das configurações de rentabilidade e financeiras e, indiretamente, auxiliam os acionistas, os tomadores de decisões, os investidores a aumentar a riqueza da entidade e, como consequência, as suas, amenizando lhes as necessidades.

Ainda neste sentido, de acordo com De Luca (2009) a contabilidade social está vinculada à responsabilidade social da empresa. O objetivo social da contabilidade consiste em fornecer informações aos usuários, possibilitando uma avaliação dos efeitos das atividades da empresa sobre a sociedade.

Assaf Neto (2002) citado por De Luca (2009, p.10) afirma que os objetivos sociais das empresas não são invalidados pelo objetivo de maximização do lucro e seu valor de mercado e que uma entidade pode atingir tanto os objetivos sociais quanto os de lucratividade e aumento de riqueza.

De acordo com Tinoco e Kraemer (2008, p.28) “a contabilidade considerada como ciência de reportar informação para os mais diferentes usuários, consubstancia-se na elaboração do Balanço Social pela França em 1977”.

De Luca (2009), comenta que no Brasil os primeiros relatórios com características de Balanço Social foram publicados na década de 80 e início dos anos 90. Além de informações de natureza social, as primeiras publicações abordavam também a destinação da riqueza gerada pelas empresas.

O Balanço Social (BS) pode ser definido como um conjunto de informações que tem como principal objetivo mostrar em que grau se encontra o envolvimento das empresas em relação à sociedade e comunidade que a acolheram. Esse aspecto é ressaltado por Ribeiro e Lisboa (1999, p.1):

O Balanço Social é um instrumento de informação da empresa para a sociedade, por meio do qual a justificativa para sua existência deve ser explicitada. Em síntese, esta justificativa deve provar que o seu custo-benefício é positivo, porque agrega valor à economia e à sociedade, porque respeita os direitos humanos de seus colaboradores e, ainda, porque desenvolve todo o seu processo operacional sem agredir o meio ambiente.

De acordo com Arnosti (2000) diz que a finalidade do Balanço Social é auferir maior transparência e visibilidade às atividades e ações não só para um grupo de sócios ou acionistas, mas para um grupo maior de interessados.

Corroborando com Arnosti (2000), Azevedo citado por (Kraemer e Tinoco, 2004), comenta que o Balanço Social é uma ferramenta no processo de gestão da entidade, porque tem condições de demonstrar as informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais de forma mais transparente a todos os interessados.

Segundo Souza (1997, p.2), esse instrumento de medição atende a todos. Oferece aos dirigentes os elementos necessários às tomadas de decisão, quando estas se referem aos programas e responsabilidades sociais desenvolvidos pelas empresas; aos empregados garante a possibilidade de verem suas expectativas chegando aos padrões de forma sistematizada e quantificada; aos investidores e fornecedores, leva o conhecimento sobre a maneira pela qual a empresa encara suas responsabilidades em relação ao seu quadro humano; aos consumidores oferece uma ideia do clima humano que reina na empresa, aproximando-a do seu mercado consumidor; ao Estado, o balanço social pode fornecer subsídios para elaboração de normas legais que regulamentem, da maneira mais adequada, a atividade das empresas, visando o bem estar da comunidade.

Do exposto, percebe-se que o Balanço Social é de suma importância para que sejam evidenciadas informações sociais, econômicas e ambientais das entidades de forma transparente para todos os usuários da contabilidade, de modo que informações sobre o desempenho econômico da empresa possa relacionar-se com a sociedade e o meio ambiente. Apresentando-se como o instrumento capaz de evidenciar tanto os aspectos econômicos, quanto os sociais, inovando o enfoque utilizado até então, e se constituindo no mais rico demonstrativo para aferição dessas relações.

No Brasil não há legislação que torne obrigatória a elaboração do Balanço Social, portanto é preciso que as empresas sejam incentivadas a elaborarem o BS e neste sentido tem-se o IBASE, que será comentado a seguir.

### 3.3 Ibase

O Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas (IBASE), fundado em 1981, não tem finalidade lucrativa e atua para que as empresas evidenciem sua política de responsabilidade social.

Em 18 de junho de 1997 teve início uma campanha pela divulgação do Balanço Social das empresas, o ato público foi realizado pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, por intermédio do IBASE. (TINOCO, 2008, p.135)

Em novembro do mesmo ano, visando estimular a participação das companhias, o instituto lançou o selo do Balanço Social que segundo Tinoco (2008) seria oferecido às empresas que divulgassem o BS no modelo proposto pelo IBASE.

Conforme IBASE (2006) o selo Balanço Social IBASE/Betinho é conferido somente para médias e grandes empresas que utilizam o modelo e cumprem os seus critérios.

De Luca (2009) diz que o modelo do Balanço Social adotado pelo Ibase tem como objeto de estudo as relações sociais da empresa com os ambientes endógeno e exógeno com os quais interage, quais sejam:

- Empregados
- Meio ambiente
- Sociedade, sob a forma de ações sócias (filantrópicas, educacionais, assistenciais etc);
- Geração de riqueza, considerando a empresa como elemento de criação e distribuição de valor ou riqueza.

Ainda sobre o modelo do BS proposto pelo Ibase, De Luca (2009, p.20) o descreve item a item, da seguinte forma:

- Base de cálculo: apresentam informações sobre a receita líquida, lucro operacional e folha de pagamento bruta da empresa. Esses valores são utilizados como base de cálculo dos percentuais a serem discriminados nos demais itens, dando uma demonstração de sua grandeza relativa. Ou seja, será evidenciada, por exemplo, a proporção dos gastos efetuados pela empresa em programas ambientais comparativamente à sua receita líquida.

- Indicadores sociais internos: apresentam informações de gastos efetuados pela empresa na área social em prol dos seus funcionários, como, por exemplo, alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada, saúde, segurança e saúde no trabalho, educação, cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, creches/auxílio creche, participação nos lucros.
- Indicadores Sociais externos: apresentam informações sobre os gastos efetuados pela empresa na área social em prol da comunidade, como, por exemplo, educação e cultura, saúde e saneamento, esporte, combate à fome e segurança alimentar, e tributos (excluídos encargos sociais).
- Indicadores ambientais: Representam os gastos efetuados em projetos que visem à preservação do meio ambiente, como investimentos relacionados com a produção e operação da empresa e, ainda, investimentos em programas e/ou projetos externos. Solicitam-se, também, informações sobre a existência de metas anuais para minimizar resíduos na produção e operação e para aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais.
- Indicadores funcionais: Nesse item são discriminadas informações referentes aos funcionários da empresa, como, por exemplo, número de empregados admitidos, terceirizados, estagiários, mulheres, negros, portadores de deficiência ou necessidades especiais e por faixa etária.
- Informações relevantes: quanto ao nível da cidadania. São relatadas informações consideradas relevantes, como: relação entre a maior e menor remuneração; número total de acidentes de trabalho; número de reclamações e críticas de consumidores e o percentual de soluções; outras informações relativas ao exercício da cidadania empresarial e o Valor Adicionado, compreendendo o valor total da riqueza gerada e os percentuais destinados a cada um dos beneficiados, sem detalhamento.
- Outras informações: item livre para a empresa indicar qualquer outra informação relacionada aos aspectos sociais.

De acordo com Tinoco (2008, p.135), Betinho tinha a opinião de que:

O Balanço Social atende a todos. Para os dirigentes, oferece os elementos essenciais para as decisões sobre programas e responsabilidades sociais que a empresa venha a desenvolver. Os empregados têm a garantia de que as expectativas cheguem até os patrões de uma maneira sistematizada e quantificada. Os fornecedores e investidores passam a conhecer a maneira como a empresa encara responsabilidades em relação ao quadro humano, o que representa um indicador de como a empresa é administrada. (...) vários são os itens de verificação das atividades sociais: educação, saúde, atenção à mulher, preservação do meio ambiente, contribuições para melhoria de vida e de trabalho dos funcionários, desenvolvimento de projetos comunitários, erradicação da pobreza, geração de renda e criação de postos de trabalho.

O balanço social ainda é um instrumento pouco utilizado pelas empresas brasileiras, embora a quantidade de publicações cresça a cada ano, de acordo com dados do próprio Ibase. Todas o divulgam de forma voluntária. Os motivos são vários. De acordo com Torres (2001, p.22), pode-se dizer que se trata de uma conjunção de interesse, vontade e necessidade do meio empresarial.

Não existe, ainda, consenso quanto à forma da apresentação do balanço social: se livre ou padronizado, se obrigatório ou voluntário, ou sobre quais informações, especificamente, ele deveria evidenciar. Algumas empresas, que vêm apresentando seus balanços sociais, o fazem no modelo do Ibase ou similar, com pequenas variações.

### **3.4 Valor Adicionado e Demonstração do Valor Adicionado**

A ideia de valor adicionado teve sua origem nos Estados Unidos há mais de duzentos anos, sendo derivado do conceito macroeconômico de produto nacional. Partindo de um ponto de vista macroeconômico, Consenza (2003, p.8) comenta que “a ideia é mais recente: data dos anos cinquenta, quando o valor adicionado começou a ser utilizado em uma perspectiva microeconômica, ao ser adotado por algumas companhias da Inglaterra”.

Conforme cita Tinoco (1996, p.34).

A origem deste demonstrativo foi o documento publicado em 1975, pelo *Accounting Standards Steering Committee*, intitulado *The Corporate Report*, que ilustrou a vontade de reunir informação econômica e social, num relatório suscetível de informar a uma só vez aos investidores e aos assalariados, isto é, permitir a divulgação da informação àqueles que têm razoavelmente direito a uma informação: significativa, compreensível, completa, objetiva e comparável.

Para o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2013, p.3) o valor adicionado representa a riqueza criada pela empresa, de forma geral medida pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros. Inclui também o valor adicionado recebido em transferência, ou seja, produzido por terceiros e transferido à entidade.

O conceito de valor adicionado segue duas linhas de raciocínio: contábil e econômico. De acordo com o primeiro raciocínio, Santos (2007, p. 27) indica que “poder-se-ia afirmar que a medição ou apuração da riqueza criada pode ser calculada através da diferença aritmética entre o valor das vendas e os insumos pagos a terceiros mais a depreciação”. Para o segundo raciocínio, Santos (2007, p.26-27) aborda que “o valor adicionado de uma empresa é o quanto de riqueza ela pode agregar aos insumos de sua produção que foram pagos a terceiros, inclusive os valores relativos às despesas de depreciação”.

Para De Luca (1998, p.37) “na Ciência Econômica, o conceito de valor adicionado é obtido em função da Produção. Na Ciência Contábil, em geral, utiliza-se o conceito das Vendas para obter-se o valor adicionado (riqueza criada) da empresa”.

O valor Adicionado da empresa deve ser apurado respeitando-se a estrutura conceitual básica da contabilidade, atualmente seguindo o regime da competência. O valor adicionado de uma empresa representa o quanto de valor ela agrega aos insumos que adquire num determinado período e é obtido, de forma geral, pela diferença entre as vendas e o total dos insumos adquiridos de terceiros. (DE LUCA, 1998).

No Brasil a Demonstração do Valor Adicionado é elaborada a partir do conceito contábil, neste sentido De Luca (1998, p.37) afirma que:

Assim, o valor adicionado fica relacionado com os princípios contábeis utilizados nas demonstrações contábeis tradicionais, mais precisamente na demonstração do resultado. Outra vantagem da utilização do item Vendas é a possibilidade do valor adicionado ser reconciliado com a demonstração do resultado, dando mais credibilidade à Demonstração do Valor Adicionado para seus usuários.

A Demonstração do Valor Adicionado representa grande avanço na ciência contábil, especialmente porque, ao evidenciar a riqueza gerada pela empresa e forma como foi distribuída, os indicadores e informações de natureza social que ela oferece atingem um universo maior de usuários. (RIBEIRO, 2009)

Outra vantagem da DVA, segundo Dalmácio (2004) está na melhoria do clima organizacional e satisfação dos funcionários, bem como uma possível medição do tamanho e importância das empresas para a sociedade.

Assaf Neto (2010) comenta que a DVA é um benefício notório para a sociedade, porque pode ser utilizada como forma de avaliação de desempenho e de acompanhamento de agregação do valor para a sociedade.

A apresentação da DVA é exigida por alguns países onde empresas internacionais desejam se instalar, pois dessa forma, o país que irá sediar a empresa poderá conhecer o retorno que ela dar-lhe-á por meio da previsão do valor adicionado que gerará. Para esses países, o importante não é o que a empresa irá importar, mas sim, o quanto ela vai gerar de riqueza, bem como sua distribuição. A DVA possibilita visualizar, de forma clara, a parte da riqueza que pertence aos sócios, aos terceiros que financiam a entidade, aos funcionários e ao governo (NEVES e VICECONTI, 2002).

Com relação à importância do valor adicionado no mundo, Marion (2003, p.486) assim descreve:

Muito comum nos países da Europa Ocidental, o valor adicionado ou valor agregado procura evidenciar para quem a empresa está canalizando a renda obtida. Na Alemanha, há empresas em que o item salário chega a 80%. Na França, um dos principais itens (depois de salários) é o reinvestimento na própria companhia. Nos Estados Unidos, por exemplo, uma das ênfases é para dividendos (remuneração aos acionistas). No Brasil, o item mais relevante da distribuição do Valor Adicionado é o tributo.

Desse modo, a análise da distribuição do valor adicionado ajuda a compreender a contribuição da empresa para renda da sociedade e identificar os beneficiários diretos.

A Demonstração do Valor Adicionado tem por objetivo mensurar o valor da riqueza gerada pela empresa em determinado período e sua respectiva distribuição. Por ser um demonstrativo contábil, as informações geradas devem ser vindouras da escrituração, com base nas Normas Contábeis vigentes e tendo como base o Princípio da Competência. (IUDÍCIBUS, 2000, p.32)

Corroborando com Iudícibus, Braga & Almeida (2009, p. 31), ao tratarem da finalidade da DVA, consideram que:

O objetivo dessa demonstração contábil é apresentar o montante de valor adicionado pela Sociedade e sua forma de distribuição. O valor adicionado significa a riqueza gerada pela Companhia, que na prática compreende a receita bruta deduzida dos valores debitados no resultado relativos às riquezas oriundas de terceiros (bens e serviços consumidos), tais como matérias-primas, mercadorias, materiais, serviços etc. Deverão ser evidenciadas a distribuição do valor adicionado entre empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela retida para reinvestimento.

Conforme Neves e Viceconti (2002), a DVA surgiu tendo em vista que a DRE identifica apenas qual a parcela da riqueza criada que, efetivamente, permanece na empresa na forma de lucro, logo, não identifica as demais gerações de riqueza, bem como as demais demonstrações financeiras também não são capazes de identificar quanto de valor a entidade está adicionando ou agregando às mercadorias ou insumos que adquire, nem o quanto e de que forma são distribuídos os valores adicionados ou agregados.

Elaborada com base em dados oriundos da contabilidade, principalmente da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), a DVA não pode ser confundida com esta, pois é muito mais abrangente. Enquanto a DRE está voltada exclusivamente para a apuração do resultado do exercício, a DVA considera outros fatores de produção e aponta suas respectivas remunerações. (SANTOS, 2007)

Ainda neste sentido e com o propósito de relatar essa diferença, Yoshioca apud Santos 2007, comenta que:

Há uma grande diferença entre a demonstração do resultado e a demonstração do valor adicionado, tendo em vista que apresentam enfoques diferentes e, de certa forma, são complementares. O principal objetivo da primeira é mostrar o lucro líquido, que em última instância, é a parte do valor adicionado que pertence aos sócios como investidores de capital de risco. Por outro lado, a demonstração do valor adicionado mostra a parte que pertence aos demais capitalistas que financiaram a empresa com capital e juros, a parte que pertence aos empregados e a que fica com o governo.

Para Santos (1999) a Demonstração do Valor Adicionado, deve ser entendida como a forma mais eficaz criada pela contabilidade para auxiliar na medição da capacidade de geração e distribuição de riqueza de uma entidade. Neste sentido, segundo De Luca (1998, p.2008) a “demonstração do valor adicionado é um conjunto de informações de natureza econômica. É um relatório contábil que visa demonstrar a valor da riqueza gerada pela empresa e a distribuição para os elementos que contribuíram para a sua geração”.

No entendimento de Neves e Viceconti (2002), a DVA fornece uma visão mais ampla e abrangente sobre a real capacidade de geração de riqueza da empresa e de como é feita a distribuição aos agentes econômicos.

Diante do exposto percebe-se que a DVA identifica a contribuição da empresa para a sociedade, avaliando o desempenho da mesma no contexto em que se insere e principalmente, demonstrando de que forma se deu a distribuição da riqueza gerada pela entidade aos diversos agentes que contribuíram para sua obtenção.

### 3.5 Agentes de Distribuição de Riqueza

Segundo o Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, a distribuição da riqueza criada deve ser detalhada, minimamente da seguinte forma: pessoal e encargos; impostos, taxas e contribuições; juros e aluguéis; juros sobre capital próprio (JCP) e dividendos e lucros retidos/prejuízos do exercício.

A seguir veremos a definição de cada item acima citado, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09, que estabelece que: a segunda parte da DVA deve apresentar de forma detalhada como a riqueza obtida pela entidade foi distribuída. Os principais componentes dessa distribuição estão apresentados a seguir:

**Pessoal** – valores apropriados ao custo e ao resultado do exercício na forma de:

- Remuneração direta - representada pelos valores relativos a salários, 13ºsalário, honorários da administração (inclusive os pagamentos baseados em ações), férias, comissões, horas extras, participação de empregados nos resultados, etc.
- Benefícios - representados pelos valores relativos a assistência médica, alimentação, transporte, planos de aposentadoria etc.
- FGTS – representado pelos valores depositados em conta vinculada dos empregados.

**Impostos, taxas e contribuições** - valores relativos ao imposto de renda, contribuição social sobre o lucro, contribuições aos INSS (incluídos aqui os valores do Seguro de Acidentes do Trabalho) que sejam ônus do empregador, bem como os demais impostos e contribuições a que a empresa esteja sujeita. Para os impostos compensáveis, tais como ICMS, IPI, PIS e COFINS, devem ser considerados apenas os valores devidos ou já recolhidos, e representam a diferença entre os impostos e contribuições incidentes sobre as

receitas e os respectivos valores incidentes sobre os itens considerados como “insumos adquiridos de terceiros”.

- Federais – inclui os tributos devidos à União, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte aos Estados, Municípios, Autarquias etc., tais como: IRPJ, CSSL, IPI, CIDE, PIS, COFINS. Inclui também a contribuição sindical patronal.
- Estaduais – inclui os tributos devidos aos Estados, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte aos Municípios, Autarquias etc., tais como o ICMS e o IPVA.
- Municipais – inclui os tributos devidos aos Municípios, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte às Autarquias, ou quaisquer outras entidades, tais como o ISS e o IPTU.

**Remuneração de capitais de terceiros** - valores pagos ou creditados aos financiadores externos de capital.

- Juros - inclui as despesas financeiras, inclusive as variações cambiais passivas, relativas a quaisquer tipos de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras, empresas do grupo ou outras formas de obtenção de recursos. Inclui os valores que tenham sido capitalizados no período.
- Aluguéis - inclui os aluguéis (inclusive as despesas com arrendamento operacional) pagos ou creditados a terceiros, inclusive os acrescidos aos ativos.
- Outras - inclui outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros, mesmo que originadas em capital intelectual, tais como *royalties*, franquia, direitos autorais, etc.

**Remuneração de capitais próprios** - valores relativos à remuneração atribuída aos sócios e acionistas.

- Juros sobre o capital próprio (JCP) e dividendos - inclui os valores pagos ou creditados aos sócios e acionistas por conta do resultado do período, ressalvando-se os valores dos JCP transferidos para conta de reserva de lucros. Devem ser incluídos apenas os valores distribuídos com base no resultado do próprio exercício, desconsiderando-se os dividendos distribuídos com base em lucros acumulados de exercícios anteriores, uma vez que já foram tratados como “lucros retidos” no exercício em que foram gerados.

- Lucros retidos e prejuízos do exercício - inclui os valores relativos ao lucro do exercício destinados às reservas, inclusive os JCP quando tiverem esse tratamento; nos casos de prejuízo, esse valor deve ser incluído com sinal negativo.
- As quantias destinadas aos sócios e acionistas na forma de Juros sobre o Capital Próprio – JCP, independentemente de serem registradas como passivo (JCP a pagar) ou como reserva de lucros, devem ter o mesmo tratamento dado aos dividendos no que diz respeito ao exercício a que devem ser imputados.

Os agentes econômicos acima descritos são responsáveis pela geração de riqueza nas empresas e, conseqüentemente, são os beneficiários desta distribuição.

### **3.6 Aspectos normativos da Demonstração do Valor Adicionado**

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) com o intuito de adequar a contabilidade ao contexto social e auxiliar na divulgação de informações de natureza social editou em 2004 a Resolução nº 1.003-04 que aprovou a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental.

Ainda de acordo com a política de incluir na contabilidade informações de natureza social, aprovou em 2005, por intermédio da resolução 1.010/2005, a NBC T 3.7 - Demonstração do Valor Adicionado, que trouxe as informações que deveriam ser evidenciadas na DVA e como se daria sua estrutura.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no Parecer de Orientação nº 24/1992, que trata dos avanços na qualidade e divulgação da informação e das demonstrações contábeis, estimula a publicação da DVA pelas sociedades anônimas de capital aberto, como forma de enriquecer as informações levadas ao público. Ainda com o a finalidade de incentivar as companhias apresentou um modelo simplificado de Demonstração do Valor Adicionado – DVA, baseado no modelo do FIPECAFI, com instruções para o seu preenchimento. (AZEVEDO, 2009)

Através da Lei 11.638, a DVA passou a ter sua elaboração e publicação obrigatória para as companhias de capital aberto. A citada Lei revogou e alterou dispositivos da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, permitindo que a DVA fosse inserida no rol das demonstrações financeiras obrigatórias.

As alterações apresentadas na Lei 11.638/2007 (Brasil, 2007) em relação à Demonstração do Valor Adicionado são:

Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a Diretoria da companhia fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as seguintes demonstrações contábeis:

[...] V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.

[...] Art. 188. As demonstrações referidas nos incisos IV e V do caput do art. 176 desta Lei indicarão, no mínimo:

[...] II – demonstração do valor adicionado – o valor da riqueza gerada pela companhia, sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007, p. 503), no livro Manual de Contabilidade, informam que, de acordo com o CFC alguns requisitos devem ser atendidos para a divulgação da DVA conforme segue:

- Ser elaborada com base no princípio contábil da competência;
- Ser apresentada de forma comparativa (período atual e anterior);
- Ser divulgada como informação complementar às demonstrações contábeis, não se confundindo com as notas explicativas;
- Ser elaborada com base nas demonstrações consolidadas do Valor Adicionado individuais, no caso da divulgação da DVA consolidada;
- Incluir a participação dos acionistas minoritários no componente relativo à distribuição do valor adicionado individuais, no ato da divulgação da DVA consolidada;
- Conter representação percentual participativa;
- Ser consistente com a demonstração do resultado e conciliadas em registros auxiliares mantidos pela entidade;e
- Ser objetivo de revisão ou auditoria se a entidade possuir auditores externos independentes que revisem ou auditem seus Demonstrações contábeis.

O CPC, após a Lei 11.638/07, emitiu o pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Pronunciamento este que, assim como a NBC T 3.7 traz informações sobre a finalidade, estrutura e elaboração da DVA.

### **3.7 DVA das instituições financeiras bancárias**

A principal atividade das instituições financeiras bancárias é a de intermediação financeira, neste contexto Martins (1993) afirma que esta atividade realizada pelas instituições bancárias, sob a ótica econômica, não é geradora de riqueza, na medida em que somente proporciona transferências de riquezas geradas com o desenvolvimento de outras atividades.

Diante disso, o Sumário do Pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado informa que:

Há uma forma diferenciada na elaboração da DVA reconhecida internacionalmente: no caso das instituições financeiras bancárias, as despesas com a remuneração da captação de recursos são dadas como de natureza operacional e consideradas como redutoras das receitas pela aplicação dos recursos; e esse diferencial, que é o Resultado da Intermediação Financeira, é considerado como Geração de Recursos. Nas demais entidades, as receitas financeiras são valor adicionado recebido em transferência e as despesas financeiras são distribuição do valor adicionado. Nas instituições financeiras bancárias, portanto, ambos os valores são juntados e o saldo líquido é considerado geração de recursos.

Corroborando com o Pronunciamento Técnico CPC -09, De Luca (2009) comenta que as instituições financeiras têm os juros como remuneração de seus serviços e produtos, constituindo-se, portanto, em suas receitas principais e que os juros pagos no desenvolvimento de suas atividades principais são tratados como redutores da receita.

Portanto, conclui-se que o saldo líquido é considerado geração de recursos, identificando a riqueza efetivamente gerada pela instituição, diferenciando-se, neste aspecto, da Demonstração do Valor Adicionado das empresas em geral.

Apresenta-se a seguir o modelo da DVA para as empresas em geral e o modelo específico para as instituições financeiras, definido pelo Pronunciamento Técnico CPC nº 9, aprovado

pela deliberação CVM nº 557/08, também pela NBC T 3.7, aprovada pela Resolução nº 1.138/08 do CFC.

Quadro 1 - Demonstração do Valor Adicionado - Empresas em Geral

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais	Em milhares de reais
	20X1	20X0
1 – RECEITAS		
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.2) Outras receitas		
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios		
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)		
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
2.4) Outras (especificar)		
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		
4 - DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas financeiras		
6.3) Outras		
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)		
8.1) Pessoal		
8.1.1 – Remuneração direta		
8.1.2 – Benefícios		
8.1.3 – F.G.T.S		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1 – Federais		
8.2.2 – Estaduais		
8.2.3 – Municipais		
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1 – Juros		
8.3.2 – Aluguéis		
8.3.3 – Outras		
8.4) Remuneração de Capitais Próprios		
8.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio		
8.4.2 – Dividendos		
8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
8.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

(\*) O total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 7.

Fonte: Pronunciamento Técnico CPC 09

Quadro 2 - Demonstração do Valor Adicionado - Instituições Financeiras Bancárias.

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais	Em milhares de reais
	20X1	20X0
1 – RECEITAS		
1.1) Intermediação Financeira		
1.2) Prestação de Serviços		
1.3) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)		
1.4) Outras		
2 – DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
3.1) Materiais, energia e outros		
3.2) Serviços de terceiros		
3.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
3.4) Outras (especificar)		
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)		
5 – DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)		
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
7.1) Resultado de equivalência patrimonial		
7.2) Outras		
8 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6+7)		
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO *		
9.1) Pessoal		
9.1.1 – Remuneração direta		
9.1.2 – Benefícios		
9.1.3 – F.G.T.S		
9.2) Impostos, taxas e contribuições		
9.2.1 – Federais		
9.2.2 – Estaduais		
9.2.3 – Municipais		
9.3) Remuneração de capitais de terceiros		
9.3.1 – Aluguéis		
9.3.2 – Outras		
9.4) Remuneração de Capitais Próprios		
9.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio		
9.4.2 – Dividendos		
9.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
9.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

O total do item 9 deve ser exatamente igual ao item 8.

Fonte: Pronunciamento Técnico CPC 09

Fazendo um comparativo dos dois quadros, observa-se que as principais diferenças existentes entre a DVA das instituições financeiras e a DVA das empresas em geral concentram-se nos itens receitas, despesas de intermediação financeira, insumos

adquiridos de terceiros e valor adicionado recebido em transferência. DVA das instituições financeiras, pela natureza das atividades bancárias, apresenta certos itens que não são necessários na DVA das empresas em geral, como, por exemplo, a receita e a despesa de intermediação financeira.

### **3.8 Análise das demonstrações financeiras**

#### *3.8.1 Conceito*

Para que os objetivos desse trabalho sejam atingidos faz se necessário a utilização das ferramentas de análise das demonstrações financeiras, que neste caso servirá para identificar a evolução das variáveis no período analisado.

“A Análise das demonstrações contábeis é uma técnica que consiste na coleta de dados constantes nas respectivas demonstrações, com vistas á apuração de dados indicadores que permitem avaliar a capacidade de solvência (situação financeira), conhecer a estrutura patrimonial (situação Patrimonial) e descobrir a potencialidade da entidade em gerar bons resultados (situação econômica)”. (SILVA, 2007, p. 04).

De acordo com Matarazzo (2008, p.15):

“As demonstrações financeiras fornecem uma série de dados sobre a empresa, de acordo com regras contábeis. A análise de Balanço transforma esses dados em informações e será tanto mais eficiente quanto melhores informações produzir”.

Do exposto, percebe-se que por intermédio da análise das demonstrações é possível analisar os dados e obter informações relevantes para tomada de decisão.

### *3.8.2 Tipos*

Para efetuar a análise das demonstrações contábeis, podem ser utilizados vários métodos, de acordo com o objetivo a ser alcançado por cada tipo de análise.

Silva (2007, p.87-89) descreve 10 tipos de análise, como por exemplo: Diferenças Absolutas, Análise Vertical, Análise Horizontal, Análise Através de Índices ou Quocientes, Outras Metodologias Complementares, Análise da Alavancagem, Análise das Necessidades de Capital de Giro, Determinação do Grau de Insolvência, Análise da DOAR (Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos) e do Fluxo de Caixa e Análise da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Todavia, para desenvolvimento deste trabalho, serão estudados apenas os métodos de análise vertical e análise horizontal.

### *3.8.3 Análise vertical*

Matarazzo (2008 p. 249) diz que o objetivo da Análise Vertical é:

“Mostrar a importância de cada conta em relação à demonstração financeira a que pertence e, através da comparação com padrões do ramo ou com percentuais da própria empresa em anos anteriores, permitir inferir se há itens fora das proporções normais.”

Assaf Neto (2002) comenta que a análise vertical é também um processo comparativo, expresso em porcentagem, que se aplica ao se relacionar uma conta ou grupo de contas com um valor afim ou relacionável, identificado no mesmo demonstrativo.

Permite-se assim verificar quanto àquela conta representa em relação ao total do valor adicionado ou do valor distribuído em determinado período.

### *3.8.4 Análise horizontal*

Para Matarazzo (2008 p. 245), a análise horizontal: “baseia-se na evolução de cada conta de uma série de demonstrações financeiras em relação à demonstração anterior e/ou em relação a uma demonstração financeira básica, geralmente a mais antiga da série”.

Ele também comenta que análise horizontal é o instrumento que calcula a variação percentual ocorrida de um período para outro, buscando evidenciar se houve crescimento ou decréscimo do item analisado.

Silva (2007) comenta que:

Esse tipo de análise é importante, pois permite descobrir e avaliar a estrutura e composição de itens das demonstrações e as suas evoluções no tempo, evidenciando os caminhos até então trilhados pela empresa, servindo para construção de uma série histórica, o que é fundamental para ajudar no estudo de tendências e na construção de cenários”. (SILVA, 2007 p.88)

Ainda neste sentido, relata que “A análise horizontal tem a finalidade de evidenciar a evolução dos itens das demonstrações contábeis, por períodos. Calculam-se os números índices estabelecendo o exercício mais antigo como índice-base 100. Podem ser calculados, também, aumentos anuais”.

Do exposto, verifica-se que na análise horizontal será demonstrada basicamente a variação de cada tipo de conta de um período para outro, servindo de base para obtenção de informações acerca da evolução das contas.

## 4 ANÁLISE DOS DADOS

Esta pesquisa tem como desígnio principal, o alcance dos objetivos inicialmente apresentados neste trabalho, através da análise dos dados coletados das Demonstrações do Valor Adicionado publicadas pelo Banco do Brasil S.A no período de 2009 a 2012 e também do Banco Bradesco, no mesmo período.

Para fins de análise dos resultados obtidos, foi considerada a distribuição da riqueza em termos percentuais, facilitando a comparabilidade dos valores distribuídos entre os agentes econômicos da sociedade.

A seguir são demonstrados os gráficos e análises das distribuições de riqueza aos agentes econômicos pelos dois bancos.

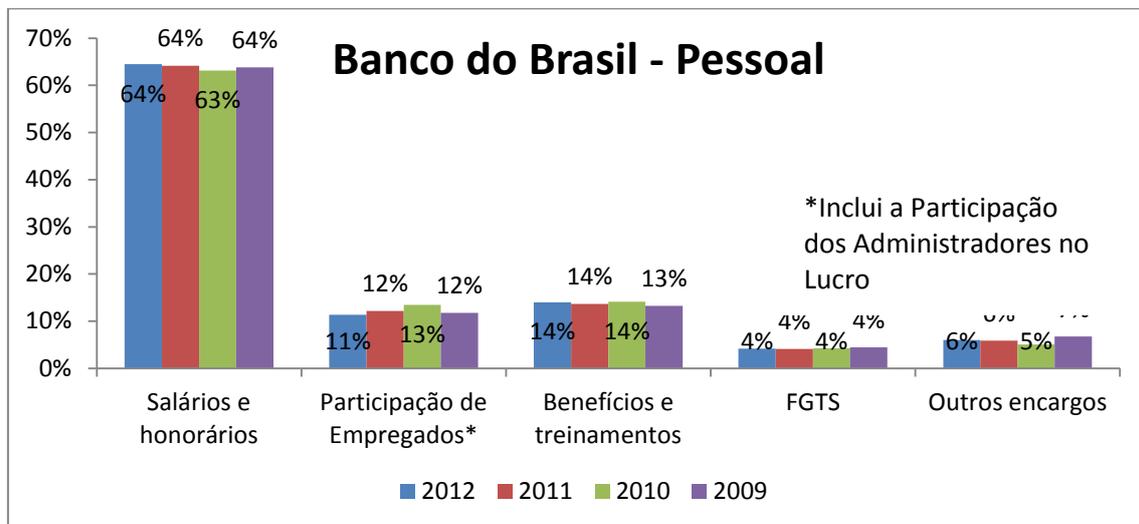


Gráfico 1: Distribuição do Valor Adicionado pelo Banco do Brasil – Pessoal (Empregados)

Fonte: Dados da Pesquisa

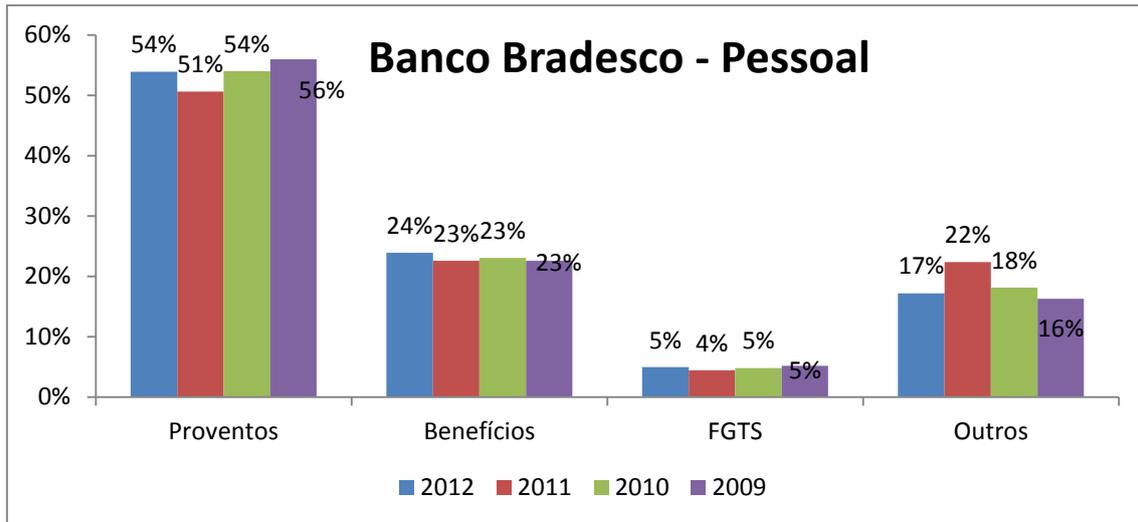


Gráfico 2: Distribuição do Valor Adicionado pelo Banco Bradesco – Pessoal (Empregados).

Fonte: Dados da Pesquisa

Analisando os gráfico 1, constata-se que o Banco do Brasil distribuiu o maior percentual para o item Salários e Honorários, média de 63,75%, seguido dos itens: Benefícios e Treinamentos (13,75%), Participação de Empegados (12%), Outros Encargos (6%) e FGTS (4%).

Ao verificar o gráfico 2, percebe-se que o Banco Bradesco destinou o maior percentual de distribuição para o item Proventos, média de 53,75%, seguido dos itens: Benefícios (23,25%), Outros (18,25%) e FGTS (4,75%). Comparando as duas análises, nota-se que os dois bancos distribuíram o valor adicionado de forma muito uniforme durante os quatro períodos, no entanto é importante destacar que o Banco do Brasil distribuiu em média 10% a mais que o Banco Bradesco no item Salários e Honorários/proventos, já nos item Benefícios o Banco Bradesco distribuiu média de 9,5% a mais que o Banco do Brasil. Percebe-se também que os dois bancos distribuíram FGTS praticamente na mesma proporção e que no item Outros encargos, o Banco Bradesco distribuiu média de 12,25% a mais que o Banco do Brasil. É importante ressaltar que a variável Participação de Empregados e Administradores no Lucro encontra-se presente na Demonstração do Valor Adicionado do Banco do Brasil e não está presente na DVA do Banco Bradesco.

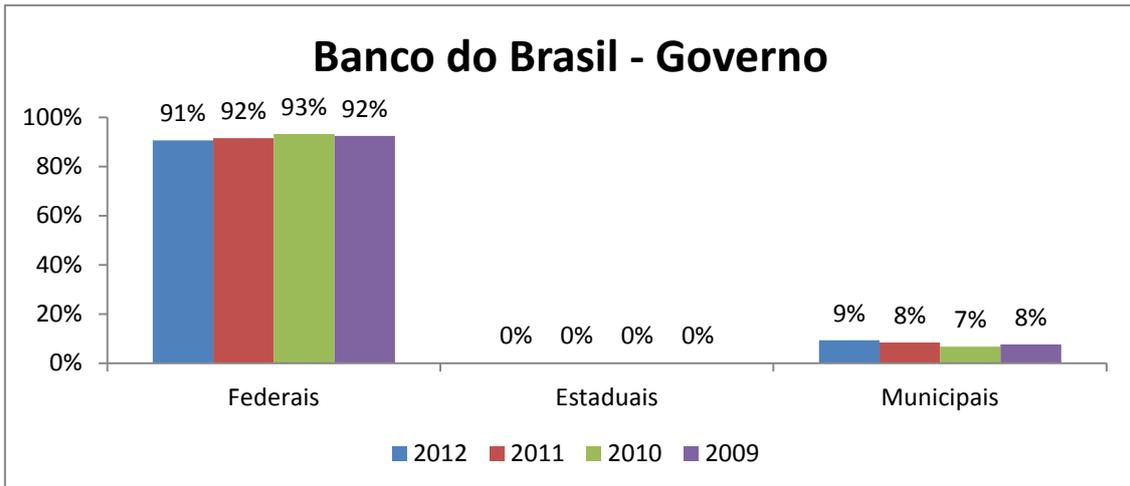


Gráfico 3: Distribuição do Valor Adicionado pelo Banco do Brasil – Governo.

Fonte: Dados da pesquisa

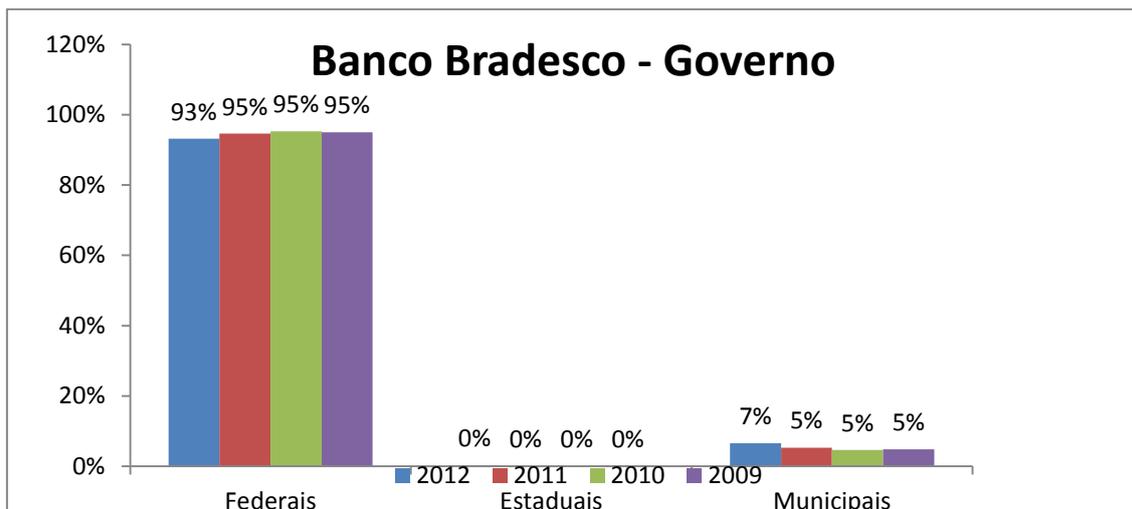


Gráfico 4: Distribuição do Valor Adicionado pelo Banco Bradesco - Governo.

Fonte: Dados da Pesquisa

Verifica-se que o Banco do Brasil distribuiu maior percentual para os impostos, taxas e contribuições federais, média de 92%, seguido dos impostos, taxas e contribuições municipais (8%). O Banco Bradesco também distribuiu maior percentual para impostos, taxas e contribuições federais, média de 94,5%, seguido dos impostos, taxas e contribuições municipais (5,5%).

Fazendo um comparativo no percentual de distribuição, constata-se que houve uma pequena diferença na distribuição de valor adicionado, onde o Banco Bradesco distribuiu para impostos, taxas e contribuições federais média de 2,5% a mais que o Banco do Brasil, enquanto que o Banco do Brasil distribuiu 2,5% a mais para impostos, taxas e contribuições municipais. A distribuição para o governo estadual é tão pequena que, comparada ao valor total a distribuir, não dá sequer 1%.

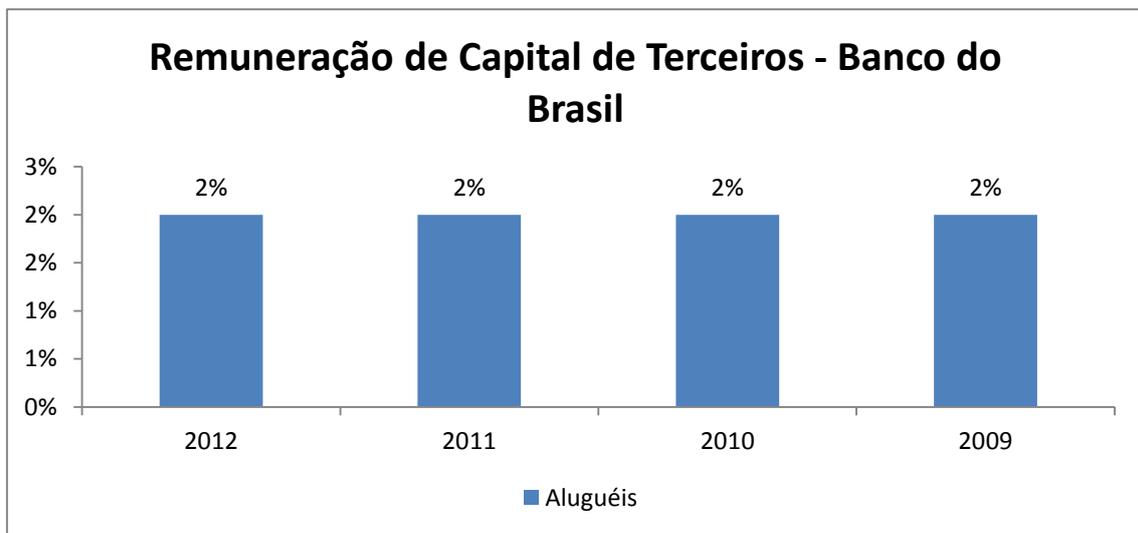


Gráfico 5: Distribuição do Valor Adicionado pelo Banco do Brasil – Remuneração de Capital de Terceiros (Financiadores).

Fonte: Dados da Pesquisa

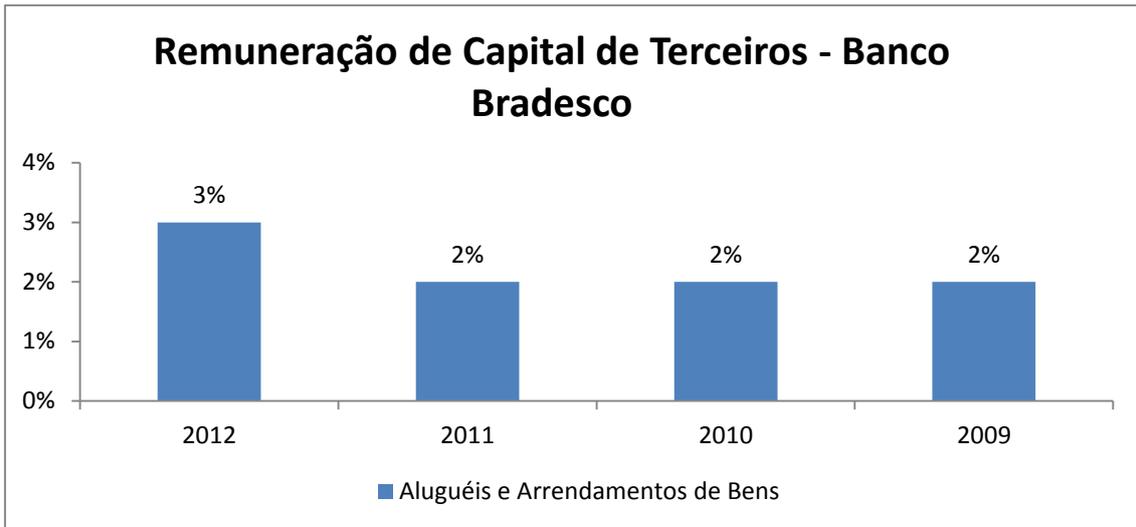


Gráfico 6: Distribuição do Valor Adicionado pelo Banco Bradesco – Remuneração de Capital de Terceiros (Financiadores).

Fonte: Dados da Pesquisa

Os gráficos 5 e 6 mostram a distribuição de valor adicionado pelas duas instituições financeiras para as variáveis aluguéis/aluguéis e arrendamentos de bens, onde apresenta praticamente o mesmo percentual de distribuição para os dois bancos. Do valor total a distribuir, o Banco do Brasil distribuiu média de 2% em forma de aluguéis e o Banco Bradesco destinou média de 2,25% em aluguéis e arrendamentos de bens, uma diferença no percentual de distribuição de apenas 0,25% a mais para o Banco Bradesco.

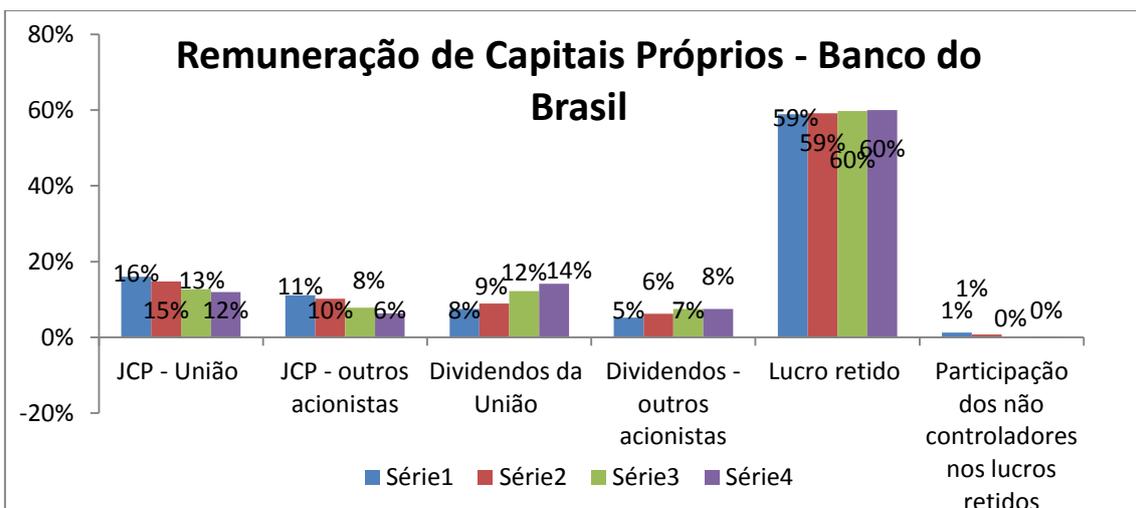


Gráfico 7: Distribuição do Valor Adicionado pelo Banco do Brasil – Remuneração de Capitais Próprios (Acionistas).

Fonte: Dados da Pesquisa

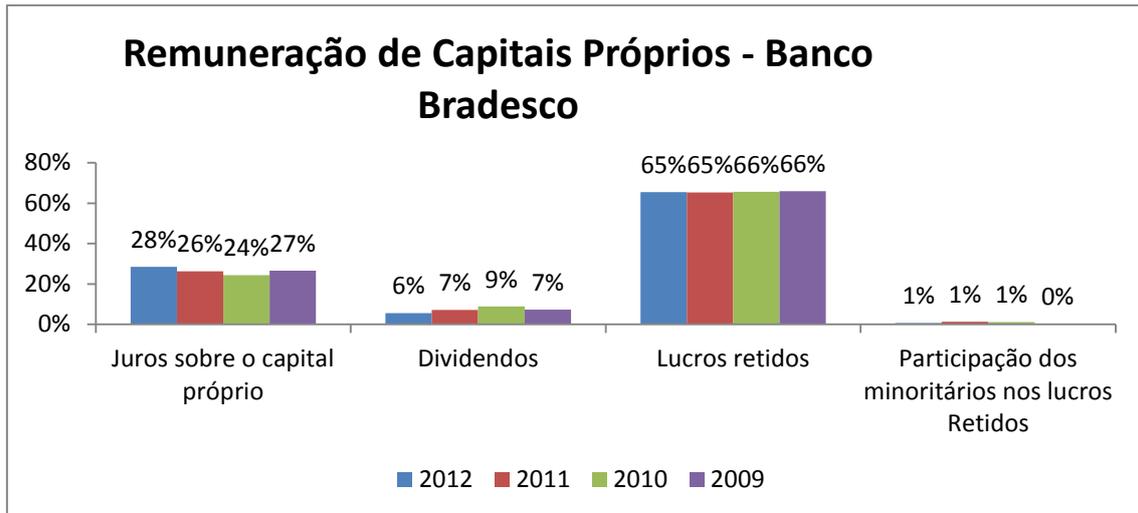


Gráfico 8: Distribuição do Valor Adicionado pelo Banco Bradesco – Remuneração de Capitais Próprios (Acionistas).

Fonte: Dados da Pesquisa

No gráfico 7 observa-se que a maior distribuição pelo Banco do Brasil corresponde ao Lucros Retidos com média de 59,5%, seguido de: JCP - Juros sobre Capital Próprio da União 14%; Dividendos da União 10,75%; JCP – Juros sobre capital próprio de Outros acionistas 8,75; Dividendos de Outros acionistas 6,5% e Participação dos não controladores nos lucros retidos 0,5%.

O gráfico 8 apresenta a distribuição do valor adicionado pelo Banco Bradesco destinado à Remuneração de capitais próprios. A maior distribuição corresponde a Lucros retidos com média de 65,5%; o segundo maior percentual foi destinado a Juros sobre Capital Próprio com 26,25%; em seguida, Dividendos com 7,25% e participação dos minoritários nos lucros retidos com 0,75%.

Analisando comparativamente, constata-se que durante o período estudado, o Banco Bradesco S.A. distribuiu média de 6%, 3,5 % e 0,25% a mais para Lucros retidos, Juros sobre capital próprio<sup>1</sup> e Participação dos não controladores no lucro, respectivamente. Quanto a distribuição de Dividendos<sup>2</sup> o Banco do Brasil S.A. distribui média de 10% a mais que o Banco Bradesco S.A..

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Demonstração do Valor Adicionado surgiu como um demonstrativo contábil necessário para responder as transformações econômicas e sociais ocorridas no mundo, tendo como o objetivo a demonstração da capacidade de geração de riqueza de uma entidade e como foi feita a distribuição da riqueza para os agentes econômicos: Empregados (Pessoal e encargos), Governo (Impostos, taxas e contribuições), Financiadores (Remuneração de capital de terceiros) e Acionistas (Remuneração de capital próprio).

A presente pesquisa teve como objetivo geral verificar se existe diferença entre o perfil de distribuição de riqueza do Banco do Brasil S.A. e do Banco Bradesco S.A., partindo da análise de informações contidas nas Demonstrações de Valor Adicionado dos dois bancos.

Diante dos dados apresentados neste estudo, foi possível concluir que existe diferença no perfil de distribuição de riqueza das duas instituições financeiras, onde para o agente econômico Pessoal (Empregados), o Banco do Brasil S.A. distribuiu 10% a mais que o Banco Bradesco S.A. na forma de Salários e Honorários e o Banco Bradesco S.A. distribuiu 9,5% e 12,5% a mais para Benefícios e Outros encargos, respectivamente.

Para o agente econômico Governo, o Banco do Brasil S.A. distribuiu 2,5% a menos em relação ao percentual de distribuição do Banco Bradesco em impostos, taxas e contribuições federais, enquanto que para impostos, taxas e contribuições municipais o Banco do Brasil distribuiu 2,5% a mais em relação ao percentual de distribuição do Banco Bradesco S.A..

No item Remuneração de capitais de terceiros (Financiadores), houve uma pequena diferença no percentual de distribuição, onde do valor total a distribuir, o Banco Bradesco S.A. distribuiu 0,25% a mais que o Banco do Brasil na forma de aluguéis e arrendamentos.

Para a variável Remuneração de capital próprio, o Banco Bradesco S.A. distribuiu 6%, 3,5 % e 0,25% a mais em relação à distribuição percentual do Banco do Brasil para Lucros retidos, Juros sobre capital próprio<sup>1</sup> e Participação dos não controladores no lucro, respectivamente. Quanto a distribuição de Dividendos<sup>2</sup> o Banco do Brasil S.A. distribuiu 10% a mais que o Banco Bradesco S.A..

A diferença no perfil de distribuição das duas instituições financeiras pode ser justificada pelo fato de uma ser pública e a outra privada, no sentido de que o Banco do Brasil S.A. é por muitas vezes utilizado para execução da política monetária e creditícia do governo e tende a cumprir funções sociais, atendendo mercados desassistidos pelas instituições

privadas, onde a rentabilidade encontra-se abaixo da esperada, enquanto que o Bradesco S.A., entidade de personalidade jurídica de direito privado, tem como objetivo principal a maximização do lucro.

Como recomendação para futuras pesquisas, sugere-se o aprofundamento de estudos nessa área, utilizando análises estatísticas com amostras e períodos maiores.

## REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**: Um enfoque econômico e financeiro / Alexandre Assaf Neto – 9. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

AZEVEDO, Tânia Cristina. **Balço Social como instrumento para demonstrar a responsabilidade social das entidades: Uma discussão quanto à elaboração, padronização e regulamentação**. Disponível em: [www.uesb.br/eventos/artigos/\\_Balço\\_Social.pdf](http://www.uesb.br/eventos/artigos/_Balço_Social.pdf). Acesso em 05 de fevereiro de 2013.

BRAGA, Hugo Rocha; ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Mudanças contábeis na lei societária**: Lei nº. 11.638, de 28-12-2007. São Paulo: Atlas, 2009.

Braga, Paulo de Tarso Silva. **Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**: um estudo comparativo do perfil de distribuição de riqueza pelas empresas estatais e privadas do Brasil. Natal, 2008.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. **Presidência da República**. Brasília, DF, 15 dez. 1976. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6404compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404compilada.htm). Acesso em: 05 de março de 2013, às 07h 10min.

Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404/76, e da Lei no 6.385/76. **Presidência da República**. Brasília, DF, 28 dez. 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm#art](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm#art). Acesso em: 01 de março de 2013.

COSENZA, José Paulo. **A eficácia informativa da demonstração do valor adicionado**. **Revista contabilidade e finanças**. São Paulo, out. 2003. Disponível em: <http://www.eac.fea.usp.br/eac/revista/>. Acesso em 25/02/2013.

CPC. **Demonstração do valor adicionado**. Disponível em: [http://www.cpc.org.br/pdf/CPC\\_09n.pdf](http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_09n.pdf) Acesso em 13 de março de 2011.

DALMÁCIO, F. Zóboli. **Indicadores para análise da Demonstração do Valor Adicionado**. Revista Brasileira de Contabilidade. n. 149, p. 89-99, Brasília, set/out 2004.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes. **Demonstração do valor adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB** / Márcia Martins Mendes de Luca. . .[et al.]. - São Paulo : Atlas, 2009.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Conversa sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas: Editora Alínea, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Introdução a teoria da contabilidade para nível de graduação** / Sérgio de Iudícibus, José Carlos Marion – 4. Ed. – São Paulo: Atlas, 2006.

\_\_\_\_\_;Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

\_\_\_\_\_**Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2000.

Kreitlon, M. P; Quintella, R. H. (2001). **Práticas de Accountability Ética e Social: As Estratégias de Legitimação de Empresas Brasileiras nas Relações com Stakeholders**. Anais do 25º Enanpad. Campinas.

KROETZ, César Eduardo Stevens, COSENZA, José Paulo. **Considerações sobre a eficácia do valor adicionado para a mensuração do resultado econômico e social**. In: CONVENÇÃO DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 9, 2003. Gramado, RS. Disponível em: <http://www.ccontabeis.com.br/conv/t07.pdf>. Acesso em 10 de fevereiro de 2013.

\_\_\_\_\_**Balço social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**/José Carlos Marion – 3. Ed. – 3. reimpr. – São Paulo : Atlas, 2007.

MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços: abordagem básica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

\_\_\_\_\_**Contabilidade empresarial**. São Paulo: Atlas, 2003.

NEVES, Silvério das, VICECONTI, Paulo Eduardo V... **Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras**. 11 ed. São Paulo: Frase Editora, 2002.

Peres Junior, José Hernandez. **Elaboração e análise das demonstrações contábeis** / José Hernandez Peres Junior, Glaucos Antonio Begalli. – 4. Ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

PORTAL IBASE. Disponível em: <<http://www.ibase.org.br>>. Acesso em 29 set. 2009.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Avançada**. São Paulo: Saraiva, 2009.

Santos, Ariovaldo dos. **Demonstração do valor adicionado: como elaborar e analisar a DVA** / Ariovaldo dos Santos. – 2. Ed. – São Paulo : Atlas, 2007.

SILVA, Edna Lúcia da, MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balço Social: uma abordagem d transparência e da responsabilidade pública das organizações** / João Eduardo Prudêncio Tinoco. – 1. Ed. – 4. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2008.

### **Sites**

<http://www.cfc.org.br/> Acesso em 05 de março de 2013.

[http://www.cpc.org.br/pdf/CPC\\_09.pd](http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_09.pd). Acesso em 03 de março de 2013.

[http://www.cvm.gov.br/port/.../deli557%20-%20sumário%20\(CPC09\).pdf](http://www.cvm.gov.br/port/.../deli557%20-%20sumário%20(CPC09).pdf). Acesso em 02 de março de 2013.

<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/>. Acesso em 12 de março de 2013



## APÊNDICES

## APÊNDICE A – ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL DO VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO PELO BANCO DO BRASIL S.A.

Valor Adicionado Distribuído	2012	AV (%)	AH (%)	2011	AV (%)	AH (%)	2010	AV (%)	AH (%)	2009	AV (%)
<b>01 - Pessoal</b>	<b>16.134.489,00</b>	100%	10%	14.721.248,00	100%	13%	<b>13.048.428,00</b>	100%	11%	<b>11.799.456,00</b>	100%
Salários e honorários	10.401.537,00	64%	10%	9.444.814,00	64%	15%	8.234.776,00	63%	9%	7.529.479,00	64%
Participação de emp. administradores no lucro	1.835.262,00	11%	2%	1.790.543,00	12%	2%	1.756.190,00	13%	27%	1.384.531,00	12%
Benefícios e treinamentos	2.255.337,00	14%	12%	2.013.294,00	14%	9%	1.845.990,00	14%	18%	1.559.377,00	13%
FGTS	672.519,00	4%	11%	606.662,00	4%	10%	551.520,00	4%	5%	527.295,00	4%
Outros encargos	969.834,00	6%	12%	865.935,00	6%	31%	659.952,00	5%	-17%	798.774,00	7%
<b>02 - Impostos, Taxas e Contribuições - Governo</b>	<b>10.861.235,00</b>	100%	-1%	<b>10.963.798</b>	100%	2%	<b>10.798.506,00</b>	100%	25%	<b>8.658.974,00</b>	100%
Federais	9.845.064,00	91%	-2%	10.033.785,00	92%	0%	10.067.315,00	93%	26%	7.998.623,00	92%
Estaduais	788,00	0%	-71%	2.739,00	0%	214%	872,00	0%	19%	733,00	0%
Municipais	1.015.383,00	9%	10%	927.274,00	8%	27%	730.319,00	7%	11%	659.618,00	8%
<b>03 - Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>868.618,00</b>	100%	18%	<b>734.522,00</b>	100%	17%	<b>629.734,00</b>	100%	24%	<b>509.728,00</b>	100%
Aluguéis	868.618,00	100%	18%	734.522,00	100%	17%	629.734,00	100%	24%	509.728,00	100%
<b>04 - Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>12.360.898,00</b>	100%	1,16%	<b>12.219.121,00</b>	100%	4%	<b>11.703.165,00</b>	100%	15%	<b>10.148.111,00</b>	100%
Juros sobre capital próprio da União	1.981.700,00	16%	9,83%	1.804.385,00	15%	21%	1.487.739,00	13%	22%	1.215.612,00	12%
Juros sobre capital próprio de outros acionistas	1.372.092,00	11%	10,04%	1.246.923,00	10%	36%	915.511,00	8%	43%	642.254,00	6%
Dividendos da União	927.779,00	8%	-15,10%	1.092.745,00	9%	-23%	1.425.815,00	12%	-1%	1.439.002,00	14%
Dividendos de outros acionistas	642.377,00	5%	-14,90%	754.880,00	6%	-14%	876.511,00	7%	15%	762.141,00	8%
Lucro retido	7.281.172,00	59%	0,75%	7.227.057,00	59%	3%	6.997.609,00	60%	15%	6.088.513,00	60%
Participação dos não cont. nos lucros retidos	155.778,00	1%	67,27%	93.131,00	1%	-465755%	-20,00	0%	-103%	589,00	0%

Fonte: Dados da pesquisa

## APÊNDICE B – ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL DO VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO PELO BANCO BRADESCO S.A.

Valor Adicionado Distribuído	2012	AV (%)	AH (%)	2011	AV (%)	AH (%)	2010	AV (%)	AH (%)	2009	AV (%)
<b>01 - Pessoal</b>	<b>10.542.767</b>	100%	4%	10.093.694	100%	25%	<b>8.047.868</b>	100%	16%	<b>6.949.383</b>	100%
Proventos	5.683.536	54%	11%	5.106.320	51%	18%	4.344.897	54%	12%	3.889.273	56%
Benefícios	2.523.090	24%	11%	2.277.910	23%	23%	1.855.937	23%	18%	1.569.765	23%
FGTS	522.757	5%	16%	449.117	4%	16%	388.496	5%	8%	359.410	5%
Outros	1.813.384	17%	-20%	2.260.347	22%	55%	1.458.538	18%	29%	1.130.935	16%
<b>02 - Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>8.579.935</b>	100%	0%	<b>8.610.345</b>	100%	-3%	<b>8.890.622</b>	100%	14%	<b>7.812.833</b>	100%
Federais	7.998.861	93%	-2%	8.149.101	95%	-4%	8.471.087	95%	14%	7.425.918	95%
Estaduais	22.446	0%	353%	4.957	0%	-6%	5.281	0%	-54%	11.460	0%
Municipais	558.628	7%	22%	456.287	5%	10%	414.254	5%	10%	375.455	5%
<b>03 - Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>791.815</b>	100%	17%	<b>677.789</b>	100%	17%	<b>577.802</b>	100%	1%	<b>571.445</b>	100%
Aluguéis	781.169	99%	17%	666.185	98%	17%	567.177	98%	2%	556.333	97%
Arrendamento de bens	10.646	1%	-8%	11.604	2%	9%	10.625	2%	-97%	401.304	70%
Arrendamento de bens - Lei no 11.638/07										-386.192	-68%
<b>04 - Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>11.448.749</b>	100%	3%	<b>11.167.702</b>	100%	10%	<b>10.144.114</b>	100%	26%	<b>8.036.990</b>	100%
Juros sobre o capital próprio	3.261.307	28%	11%	2.933.987	26%	19%	2.464.538	24%	16%	2.133.269	27%
Dividendos	633.691	6%	-21%	806.348	7%	-11%	904.205	9%	55%	584.813	7%
Lucros retidos	7.486.246	65%	3%	7.287.931	65%	10%	6.652.930	66%	26%	5.294.200	66%
Participação dos minoritários nos lucros Retidos	67.505	1%	-52%	139.436	1%	14%	122.441	1%	396%	24.708	0%

Fonte: Dados da pesquisa



